

Boletim

Informativo nº 001/2019

Vigilância Socioassistencial – 12 de março de 2019

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, CRIANÇA
E JUVENTUDE



Secretaria Executiva de Assistência Social

Coordenação Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

Esta edição do Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial volta tratar sobre o tema da Síndrome Congênita de Zika Vírus em Pernambuco. Na edição nº 001/2016 o tema foi abordado mostrando o diagnóstico acerca dos casos notificados, suspeitos e confirmados para a referida síndrome no Estado; agora a ênfase se dará em torno dos casos confirmados, particularmente no que se refere ao perfil das famílias e mães identificadas no Cadastro Único. O objetivo é fazer uma reflexão desta demanda no âmbito da Assistência Social.

Síndrome Congênita de Zika Vírus em Pernambuco: Perfil das Famílias e Mães identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais

O ano de 2015 em Pernambuco foi marcado pelo expressivo número de crianças nascidas com a Síndrome Congênita de Zika Vírus. A comunicação dessas ocorrências chegou à Secretaria Estadual de Saúde do Estado em outubro do referido ano e em novembro a propagação deste evento foi identificada por mais 14 estados brasileiros, com destaque para a região Nordeste. Diante dos fatos o Ministério da Saúde decretou estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

A hipótese de que esse evento poderia estar relacionado à infecção pelo Zika Vírus durante a gestação foi confirmada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual classificou o evento como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

No caso de Pernambuco, até o dia **26 de janeiro de 2019** 2.648 casos foram notificados no estado, distribuídos em 97% do total de municípios (179 municípios e no distrito estadual de Fernando de Noronha). Conforme observa-se na Tabela ao lado, entre os casos notificados, 104 estão classificados como inconclusivos¹, o que representa 4% do total notificado, outros 185 casos permanecem em investigação (7%), 1.889, ou seja 71% foram descartados, e 470 casos foram confirmados para a Síndrome Congênita de Zika Vírus, representando 18% dos casos notificados.

Destaca-se que dos **470 casos confirmados** em Pernambuco, 9% (43 casos) resultaram em óbito.

Tabela 1. Notificações da Síndrome Congênita de Zika Vírus quanto à classificação final

Classificação	Quantitativo
Inconclusivo	104
Em investigação	185
Confirmado	470
Descartado	1.889
Total de casos notificados	2.648

Fonte: CIEVS/SES (26/01/2019)

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV-SUAS/SEASS/2019

¹ Considera-se como inconclusivo todo caso notificado em que: não seja possível realizar a investigação, ou por motivo de recusa, ou por não ter sido encontrado no endereço relatado na notificação, após três tentativas e/ou cujas informações disponíveis não permitam classificá-lo em outra categoria.

Em relação aos demais casos confirmados (427 casos) e que permanecem vivos, *380 famílias foram identificadas no Cadastro Único*. Considerando este universo, os dados a seguir revelam o perfil das famílias, bem como das mães² daquelas crianças que tiveram resultado positivo para Síndrome Congênita de Zika Vírus. Ressalta-se que o cadastro das famílias no CadÚnico é condição para sua inclusão em alguns programas e benefícios sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Gráfico 1. Identificação no Cadastro Único



Fonte: Cadastro Único – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV /SEASS/SDSCI/2019

No que se refere à atualização cadastral, os dados mostram que a maioria das famílias se encontra com o cadastro atualizado; são 82% de cadastros atualizados (313 famílias) e 18% desatualizados (67 famílias).

Gráfico 2. Atualização no Cadastro Único



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV /SEASS/SDSCI/2019

É importante destacar que as famílias inscritas no Cadastro Único precisam manter o cadastro atualizado, uma vez que o governo utiliza esses dados para conhecer melhor suas necessidades e a partir dessas informações melhor oferecer benefícios e serviços sociais. Portanto, sempre que houver novos dados, como mudança de endereço, inserção ou retirada de algum membro na família, o cadastro deve ser atualizado ou a cada dois anos, mesmo na inexistência de novas informações.

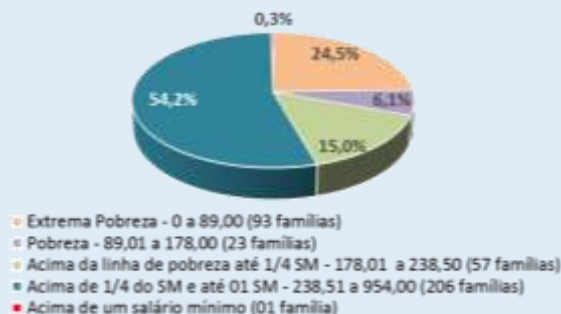
Renda Per Capita

No que se refere à renda³ per capita das famílias, os dados no gráfico abaixo mostram que 24,5% das famílias encontram-se em situação de extrema pobreza (93 famílias) e 6,1% estão em situação de pobreza (23 famílias). Somando as duas situações, temos um total de 116 famílias (30,5%) com perfil definido para o Programa Bolsa Família.

Os dados revelam que 55% das famílias possuem renda per capita superior a ¼ do salário mínimo (206 famílias) e apenas uma família comparece com renda per capita acima de um salário mínimo.

Destaca-se que a soma de todas as famílias que possuem renda de até ¼ do salário mínimo é de 173 famílias, isso significa que 45,5% delas se enquadram no perfil de renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC); benefício concedido à família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou do idoso⁴.

Gráfico 3. Renda per capita



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

² No caso do perfil das mães, os dados referem-se ao quantitativo de 378 mulheres, uma vez que em 02 cadastros foram identificadas as crianças sem a presença da genitora, mas vivendo com outros parentes.

³ Considerando o salário mínimo (SM) de R\$ 954,00 no ano de 2018.

⁴ O Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 em seu Artigo 4º, inciso IV, dispõe que para fins do reconhecimento do direito ao benefício, considera aquela família cuja renda mensal bruta familiar dividida pelo número de seus integrantes seja inferior a um quarto do salário mínimo.

Quanto às crianças que tiveram diagnóstico confirmados para Síndrome Congênita de Zika Vírus, os dados revelam que 80% das famílias (304 famílias), identificam no Cadastro Único a condição da pessoa (crianças) com deficiência, conforme observa-se no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Identificação da Pessoa com Deficiência



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018

Elaboração: Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV /SEASS/SDSCJ/2019

Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada

Os gráficos abaixo mostram que 47% das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em números absolutos são 178 famílias; ou seja, 62 a mais em relação aquelas com perfil definido para este Programa.

Gráfico 5. Programa Bolsa Família



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, observa-se também que o número de famílias com pessoas recebendo o BPC é de 63% (240 famílias); 63 a mais do que o perfil identificado.

Gráfico 6. Benefício de Prestação Continuada



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Quanto à localização do domicílio

No que refere à localização dos domicílios das 380 famílias, os dados indicam que Onze cadastros não informaram a localização do domicílio, 17% estão situadas em zona rural (66 domicílios) e 80% delas vivem na área urbana (303 domicílios). Esse último dado reforça a importância de integrar políticas de saúde com políticas urbanas, particularmente no que se refere à habitação, urbanização e saneamento básico.

Gráfico 7. Localização do domicílio



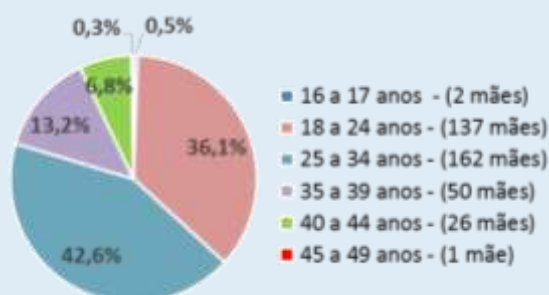
Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Quanto a faixa etária das mães

Em relação ao perfil das mulheres, mães de crianças com a Síndrome Congênita de Zika Vírus inseridas no Cadastro Único, os dados revelam que a maioria, aproximadamente 42%, está na faixa etária entre 25 a 34 anos (162 mães); o segundo maior registro comparece na faixa etária entre 18 e 24 anos (137 mães) e em terceiro está a faixa etária que vai dos 35 aos 39 anos (50 mães). Os menores registros então nas faixas de 45 a 49 anos, 16 a 17 anos e 40 a 44 anos respectivamente.

Gráfico 8. Faixa Etária



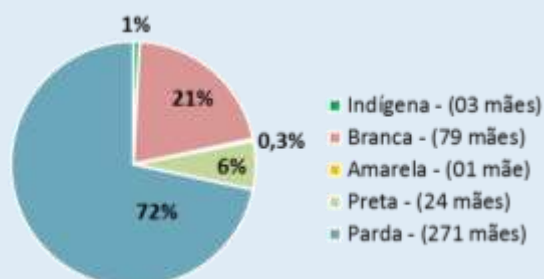
Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Quanto a raça/cor das mães

Quanto ao perfil racial, observa-se que 24 mulheres se identificam como pretas e 271 identificam-se como pardas. Ou seja, são 295 mulheres negras, o que corresponde a 78% das mães inseridas nesse Cadastro Único.

Vale ressaltar que de acordo com Estatuto da Igualdade Racial, população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça. Trata-se de um conceito político, que engloba pretos e pardos, desde que se identifiquem como tal. As mulheres que se identificam como brancas representam 21% das mães, e em menor número aparecem as que se denominam indígenas (03 mães) e amarela (uma mãe), respectivamente.

Gráfico 9. Raça / Cor



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Vida escolar

Em relação à vida escolar, os dados revelam a existência de 19 mães que não sabem ler e escrever, elas totalizam o percentual de 5% do universo dessa amostra; as demais, 95% afirmam que sabem ler e escrever, no entanto é alto o número de mulheres que deixaram de estudar.

Gráfico 10. Faixa Etária



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Conforme pode-se observar, 96% das mulheres (362 mães) responderam que não estudam, mas já frequentaram a escola. Apenas 3% estudam (10 mães) e 2% nunca frequentaram uma escola (06 mães).

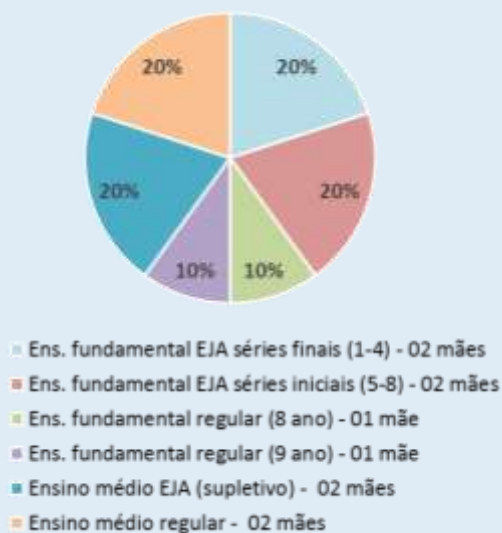
Gráfico 11. Frequenta a escola



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Observa-se ainda a baixa escolaridade entre as 10 mulheres que frequentam a escola; duas estão no ensino médio e as demais cursam o ensino fundamental, sendo 04 delas através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 02 no ensino regular, conforme mostra o gráfico abaixo.

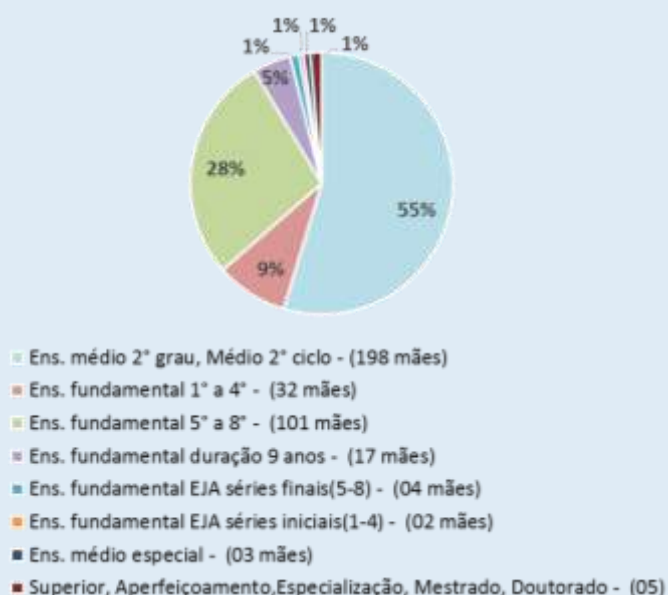
Gráfico 12. Curso ou série que frequenta



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Já em relação aquelas 362 mulheres que não estão mais frequentando a escola, observa-se que 55% delas (198 mães) estudaram até o ensino médio; entre aquelas que estudaram as séries iniciais e/ou finais do ensino fundamental, registraram-se 41% e apenas 1% (5 mães) chegou ao ensino superior.

Gráfico 13. Curso mais elevado que a pessoa frequentou



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais – Dezembro/2018
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/ COGPV -SUAS/SEASS/2019

Em linhas gerais, o perfil dessas mulheres mostra que a situação de vulnerabilidade está para além da renda familiar. Trata-se de mulheres jovens, negras, em idade reprodutiva e produtiva, mas que por questões estruturais diversas encontram-se fora da escola e/ou possuem baixa escolaridade. Fato que pode dificultar a entrada e permanência no mercado de trabalho. Vale lembrar que a condição de deficiência do/a filho/a é mais uma questão que impõe limites à vida social dessas mulheres. Essas questões reforçam o quão é desafiador pensar em políticas sociais considerando não apenas a pobreza monetária, mas também as relações de gênero e raça.

Expediente:

Boletim elaborado pela Coordenação Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial (COGPV) / Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Cidadania – CDC.

Shirley de Lima Samico

Coordenadora Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

Equipe Técnica de Vigilância Socioassistencial

Fátima Maria Ferreira Barbosa

Francisco Godoy

Sidney Marques Cavalcanti

Luciana Lisboa Cristóvão dos Santos



Avenida Cruz Cabugá, nº 1211 - Santo Amaro - 4º Piso - Recife - PE - CEP: 50040-000
Telefone: (81) 3183 - 0716 / E-mail: vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com